

Lucas Lopes Carvalho

Matrícula: 11411ECO048

PLANEJAMENTO CHINÊS DESENVOLVIMENTISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2020.

Lucas Lopes Carvalho

Matricula: 11411ECO048

PLANEJAMENTO CHINÊS DESENVOLVIMENTISTA

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Lucas Lopes Carvalho

Matrícula: 11411ECO048

PLANEJAMENTO CHINÊS DESENVOLVIMENTISTA

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia, 26 de novembro de 2020

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento (Orientador)

Prof. Dra. Soraia Aparecida Cardozo

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho

AGRADECIMENTOS

Nesse estágio final, sei que não teria obtido tal conquista sem o amparo que tive ao longo da graduação. Então, quero agradecer a todos que participaram dessa conquista. Agradeço à minha mãe, Gisele Márcia, pelo suporte e sabedoria, ao meu pai, Roosevelt Carvalho Jr, pelo apoio. Ao meu irmão Mateus Lopes, eu agradeço pela presença, amizade e suporte no início de uma jornada em uma cidade nova e com tanto a oferecer.

De um modo muito especial, agradeço a minha tia Carmen (in memoriam) por sua existência em minha vida sempre me incentivando a buscar meus ideais e por ser um exemplo de luta e perseverança. Agradeço também à minha avó Vera e ao meu tio Tião pelo apoio e presença durante esse tempo e por sempre acreditarem em mim.

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia pela formação de qualidade e por todas as oportunidades de crescimento que me ofereceu. Aos professores do curso Ciências Econômicas pelos ensinamentos passados durante essa trajetória, de um modo especial, ao meu orientador Carlos Nascimento pela sua dedicação, pelo seu profissionalismo e também por sua paciência. Agradeço também aos meus amigos João Gabriel, Paulo Henrique, Vitor Neira e Mozer Londe que estiveram ao meu lado tornando essa jornada melhor.

Resumo

O objetivo do presente estudo é analisar o processo de desenvolvimento chinês a partir da utilização de um referencial teórico cepalino. Foram utilizadas informações após a revolução de 1949 e dados da economia chinesa após a década de 1980, para acompanhar a evolução do processo de crescimento e desenvolvimento econômico. A princípio, foi necessária uma revisão da literatura do desenvolvimento cepalino, buscando apresentar as diferenças e interações entre os países centrais e países periféricos, além disso, foi dada ênfase às características do subdesenvolvimento. A seguir, é apresentado o histórico do processo de desenvolvimento chinês, medidas e resultados após as reformas de 1949. Por fim, discutiu-se sobre o atual estágio de desenvolvimento da China e se houve a superação do subdesenvolvimento. As conclusões gerais foram que a China conseguiu alavancar o processo de desenvolvimento nas últimas décadas por meio de um rígido programa de políticas públicas. Os resultados econômicos indicam que o processo ainda não terminou, contudo, atualmente, os desafios na área social indicam que o país ainda enfrenta problemas típicos do subdesenvolvimento.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento - Cepal – China – Países Periféricos.

Abstract

The goal of the present study is to analyze the Chinese development process from the use of a cepalino theoretical framework. Information after the revolution in 1949 and data from the Chinese economy after the 1980s were used to monitor the evolution of its economic growth and development. At first, it was necessary to review the literature on CEPAL development, seeking to present the differences and interactions between central and peripheral countries, in addition, emphasis was placed on the characteristics of underdevelopment. The following is a history of the chinese development process, measures and results after the 1949 reforms. Finally, it was possible to discuss what stage of development China is in and whether (or not) overdevelopment has already been overcome. The general conclusions were that China has been able to leverage the development process in recent decades through a strict public policy program. The economic results indicate that the process has not yet ended, however, currently, the challenges in the social area indicate that the country still faces problems typical of underdevelopment.

Keywords: Development - Cepal - China - Peripheral Countries.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1A- Características específicas entre Centro e Periferia	47
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Investimento Estrangeiro Direto na China: 1980-2019	32
Gráfico 2 - Produto Interno Bruto: China 1980-2019	33
Gráfico 3 - Participação nas Exportações Mundiais: China 1980-2019.....	34
Gráfico 4 - Índice de GINI: China 1980-2019	36
Gráfico 5 - Produto Interno Bruto Per Capita: China 1980-2019.....	37
Gráfico 6 - Índice de Desenvolvimento Humano: China 1980-2017.....	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO NAS RELAÇÕES CENTRO E PERIFERIA	12
1.1 Diferenças entre o desenvolvimento do centro e periferia	12
1.2 – Teoria do Subdesenvolvimento	16
CAPÍTULO 2 – PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS APÓS 1949 .	19
2.1 – Desenvolvimento chinês após 1949	19
2.2 – Políticas e projetos após entrada do Partido Comunista Chinês (1949).....	19
2.3 – Desenvolvimento chinês 1978 – 2000.....	23
CAPÍTULO 3 – DESAFIOS E PERSPECTIVAS	31
3.1 Fase atual do processo de desenvolvimento	31
3.2 – Desafios	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE	47

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento econômico é o processo contínuo de acumulação de capital e incorporação de novas tecnologias ao modelo produtivo para o aumento sustentado de produtividade e renda. Para ser denominado desenvolvimento, esse movimento deve, necessariamente, resultar em melhoria da qualidade de vida, ou seja, o processo de crescimento econômico, resultado pela acumulação de capital, deve progredir os indicadores de bem-estar social, tais como pobreza, desigualdade, saúde, educação e segurança alimentar (VASCONCELLOS & GARCIA, 1998).

É importante ressaltar que o crescimento econômico não é suficiente para garantir o desenvolvimento. A partir da década de 1940, os autores estruturalistas passaram a colocar o crescimento econômico como um processo quantitativo, enquanto o desenvolvimento seria um processo de mudança qualitativa da estrutura política, econômica e social (OLIVEIRA, 2002).

Em contrapartida, o subdesenvolvimento seria caracterizado por deformações no processo de difusão do desenvolvimento econômico. O contexto histórico foi responsável por impor essas limitações aos países periféricos na divisão internacional do trabalho. Nos países subdesenvolvidos, o avanço do processo de acumulação não foi capaz de transformar as estruturas sociais e modificar a distribuição do excedente social. Isto é, os países periféricos ficaram legados a processos heterogêneos, incapazes de absorver o excedente de mão de obra e provocar aumento nos salários reais (FURTADO, 1994).

A superação do subdesenvolvimento requer um amplo processo de reformas conjunturais e estruturais a fim de corrigirem as imperfeições do processo de acumulação de capital. Além disso, há fatores externos que dificultam o processo para os países periféricos. Dessa forma, atingir o grau de desenvolvimento é um processo bastante complexo.

A China, enquanto país subdesenvolvido, iniciou seu processo de tentativa de superação do subdesenvolvimento após 1949, sob o governo do Partido Comunista Chinês. As reformas adotadas, em primeiro momento, foram cruciais para a base do processo de transformação social. É importante ressaltar que, ao contrário dos países da América Latina, a China impôs reformas necessárias para o processo inicial de superação do subdesenvolvimento. Atualmente, discute-se em qual etapa de progresso a China se encontra. No presente trabalho serão apresentados o contexto histórico, desafios e

perspectivas da economia chinesa para auxiliar a investigação de como ocorreu o desenvolvimento chinês.

Com base no exposto, o objetivo geral do trabalho será analisar o processo de desenvolvimento chinês, utilizando do conceito de desenvolvimento e subdesenvolvimento dos autores cepalinos, que apesar de terem a América Latina como objeto de estudo, o arcabouço teórico pode ser utilizado (levando em consideração as particularidades históricas) para analisar outros países periféricos. O objetivo específico será investigar se o processo de desenvolvimento da China foi capaz de superar o subdesenvolvimento. Para cumprir tais objetivos serão utilizadas fontes teóricas e análises de dados quantitativos.

Historicamente, o tema do desenvolvimento de países periféricos é bastante discutido entre economistas, contudo, as altas taxas de crescimento chinês é um processo recente que ainda carece de análise. Portanto, a justificativa da monografia é que a possível superação do subdesenvolvimento por países periféricos é um fenômeno pouco conhecido, e o processo de desenvolvimento chinês abre espaço para investigar o problema a partir de uma perspectiva que já apresentou bons resultados.

A fim de cumprir os objetivos propostos, além desta introdução, o presente trabalho contará com três capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, será feita uma exposição da literatura teórica, apresentando o processo de desenvolvimento e as diferenças entre países centrais e países periféricos. Esse capítulo será a base para análises posteriores, pois apresentará estruturas socioeconômicas que definem os países subdesenvolvidos, e assim, obstáculos que impedem os processos de acumulação serem transformados em desenvolvimento.

No segundo capítulo, será apresentado o contexto histórico do desenvolvimento chinês após 1949. O período será dividido pelas fases da reforma, considerando os anos logo após a revolução comunista e o período após 1978, com o governo de Deng Xiaoping e as inúmeras reformas estruturais desse período. O capítulo será relevante para compreender como os problemas apresentados no capítulo anterior foram trabalhados dentro das reformas estruturais.

O capítulo três, inicialmente, terá uma exposição dos avanços dos anos 2000, apresentando o estágio atual de desenvolvimento de alguns indicadores econômicos. Posteriormente, serão apresentados os desafios e perspectivas para a economia chinesa, com base em dados a partir da década de 1980 será possível discutir se o processo de

desenvolvimento da China foi capaz de superar o subdesenvolvimento, partindo dos conceitos apresentados no primeiro capítulo.

Por fim, serão feitas as considerações finais, apresentando o resumo do trabalho e as conclusões obtidas de acordo com os objetivos propostos.

CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO NAS RELAÇÕES CENTRO E PERIFERIA

Neste capítulo, é realizada uma revisão da literatura existente e do referencial teórico utilizado ao longo do trabalho. De início, é apresentada a discussão em torno do desenvolvimento, partindo dos conceitos gerais, gênese do capitalismo e diferenças entre países centrais e países periféricos. A seguir, na próxima subseção são detalhadas as características do subdesenvolvimento com base nos autores cepalinos que apesar de utilizarem a América Latina como base de estudo, abordam a temática do desenvolvimento de maneira geral.

1.1 Diferenças entre o desenvolvimento do centro e periferia

A Grã-Bretanha no final do século XVIII contava com os elementos necessários para o desenvolvimento capitalista: trabalhadores dispostos a ofertar sua força de trabalho e capital monetário passível de ser transformado em capital produtivo, além disso, havia vivenciado um prévio desenvolvimento do capital mercantil, do processo de trocas e mercados. Dessa forma, o processo de industrialização, na Grã-Bretanha, representou a constituição primária do capitalismo (OLIVEIRA, 1985).

Com isso, decisões privadas de acumulação de capital e florescimento do comércio internacional criaram incentivos para que o Estado Inglês deslocasse antigas formas de produção para um novo modelo de divisão do trabalho. Essa alteração nas relações econômicas traria ganhos de produtividade, resultando na geração de excedentes maiores. Em suma, o processo de desenvolvimento da Grã-Bretanha pode ser pautado sob a visão dos incentivos à acumulação de capital, inovações técnicas, aumentos de produtividade, renda, e ao surgimento da indústria de bens de capital (HOBSBAWM, 1969).

Com base no capitalismo originário da Grã-Bretanha, todos os demais países que lograram o desenvolvimento capitalista, apesar de possuírem suas próprias especificidades, tinham os elementos básicos, citados anteriormente, para o processo. Em termos econômicos, segundo Furtado (1961), o método de acumulação em conjunto com a criação de progresso técnico inovativo foi o caminho percorrido por tais países. O crescimento econômico, quase sempre, foi pautado na introdução de novas técnicas, aumento de produtividade e divisas. Por isso, tais países modificaram estruturas políticas e sociais, nível de consumo e renda do país.

Após a internacionalização do modelo socioeconômico capitalista, é possível analisar a dinâmica internacional. Levando-se em consideração as particularidades e o momento histórico, observa-se uma heterogeneidade entre o grau de desenvolvimento de cada país. Para investigar as relações de desenvolvimento, é necessário atentar às especificidades existentes entre centro e periferia (CORAZZA, 2006).

Aspectos tais como o aproveitamento dos fatores de produção, oferta de mão de obra, níveis de produtividade, utilização do excedente, nível de renda e consumo, concentração de investimentos, além de nível de desemprego e poupança, são comumente utilizados para evidenciar, por meio de uma análise comparativa (por contraste), um secular processo de desenvolvimento desigual entre os polos do sistema centro-periferia (RODRÍGUEZ, 2009).

A interação entre os fatores produtivos (capital e mão de obra) de cada formação social produzem resultados diferentes, ou seja, países que possuem abundância de capital produtivo podem se apoiar nesse fator, já países que possuem baixa formação de capital, mas possuem mão de obra em abundância, podem utilizar dessa vantagem para criar seu modo específico de desenvolvimento. A forma de utilização dos modos produtivos específicos é que determinará como será o desenvolvimento de cada país (OLIVEIRA, 1985).

Vale ressaltar, que a oferta de mão de obra de cada país poderá interferir na sua trajetória. Segundo Lewis (1969), países que possuem uma oferta ilimitada de mão de obra e baixa densidade de capital apresentam maior dificuldade para alcançar aumentos salariais e, em conexão, não deslocam a mão de obra para setores com maiores ganhos e rendas. Em outras palavras, esses fatores específicos determinam o modo como cada país terá de lidar com seu processo de desenvolvimento.

Em relação à alocação de mão de obra, é necessário considerar que os níveis de produtividade, expressos pela relação entre a quantidade de mão de obra empregada por unidade de produto, determinam a eficiência do trabalho e interligam-se diretamente com a capacidade de acumulação de capital de cada país. Os aumentos de produtividade e acumulação de capital podem ser condicionados a criação de novos setores e indústrias inovadoras (FURTADO, 1961).

Além dos fatores macroeconômicos, é necessário observar a existência de discrepâncias em nível microeconômico. Países centrais tendem a possuir uma estrutura produtiva homogênea, compartilhando tecnologias produtivas entre os diferentes segmentos industriais. Ao contrário dos países periféricos que dispõem de um sistema

dual de produção, isto é, enquanto alguns setores atuam com técnicas atrasadas, outros utilizam-se de técnicas produtivas mais eficientes e tecnológicas (RODRÍGUEZ, 2009).

A abundância de oferta de trabalho é reflexo da heterogeneidade produtiva em geral, pois, setores tecnológicos não absorvem a quantidade existente de mão de obra. Além disso, a falta de novos postos de trabalho e baixa acumulação de capital não geram alterações na renda e no consumo. Esses impactos afetam negativamente o processo de desenvolvimento de países periféricos.

Lado outro, a homogeneidade estrutural e a baixa elasticidade de oferta de trabalho presente no centro, criam diferenças estruturais em termos de rendas associadas aos sucessivos aumentos da capacidade produtiva do núcleo industrial¹. Em outras palavras, a longo prazo, a acumulação de capital em conjunto com elevações de investimentos produtivos modifica as estruturas econômicas do país (RODRÍGUEZ, 2009).

Com relação às heterogeneidades estruturais (entre centro e periferia), pode-se afirmar que o maior nível de renda dos países centrais possibilitará níveis generalizados de consumo, ao passo que o menor nível de renda dos países periféricos não permite mudanças expressivas no consumo. Além disso, os níveis de troca entre os polos criam disparidades na relação de troca (GRAMKOW & GORDON, 2018).

Observa-se, uma elasticidade-renda do consumo de produtos periféricos menor do que um pelos países centrais, sendo assim, é destinada uma proporção cada vez menor da renda para a compra de produtos primários. Em contrapartida, a elasticidade-renda da demanda dos países periféricos para produtos dos países centrais é maior do que um, ou seja, é designada uma proporção maior da renda para a compra de produtos manufaturados do centro. Desse modo, surgem desigualdades nos termos de troca, criando dificuldade para a acumulação de capital, enquanto os níveis de renda, capacidade de poupança e investimentos ficam prejudicados em países periféricos (RODRÍGUEZ, 2009).

A deterioração dos termos de troca surge devido à dificuldade na criação de inovações produtivas dos países periféricos. Sendo assim, as importações de manufaturas tecnológicas, resultam, em termos de valor agregado, em níveis maiores do que

¹O núcleo industrial originário trata-se das formações sociais e econômicas oriundas da expansão e complexificação do núcleo industrial. Ressaltando que o fato de ser originário não significa estabilidade, uma vez que é um processo de constante mutação, sem perder, contudo, sua característica de originário. As transformações impostas pelo núcleo industrial contribuíram para endogeneidade dos determinantes do crescimento e a necessidade constante de incorporação de progresso técnico (WASQUES, 2018).

exportações de bens primários. As consequências dessa dinâmica desigual são os problemas na balança comercial e desequilíbrios externos, resultados da diferença entre valor agregado e preços relativos dos produtos comercializados entre centro e periferia (PIRES, 1981).

Para Furtado (1961), níveis distintos de consumo e o destino dos excedentes são condições necessárias ao se analisar o crescimento econômico de cada país. Em países periféricos, pequena parcela da população, dita minoria, utiliza o excedente para fazer uma reprodução do estilo de consumo do centro, ao passo que grande parte da população utiliza de quase totalidade da renda para a subsistência.

Portanto, na prática, o excedente disponível dessas economias torna-se comprometido com o processo de modernização² no sentido empregado por Furtado (1983), dificultando o reinvestimento em novas plantas industriais e criação de novas formas de acumulação mais produtivas. Diferentemente, países centrais reutilizam o excedente em suas próprias economias, criando assim, novas formas de investimentos e modos distintos de acumulação de capital. Como resultado, investimentos elevam a capacidade de gerar inovações técnicas e, conseqüentemente, aumentos dos níveis de renda e consumo (FURTADO, 1961).

Logo, a falta de conexão entre os fatores produtivos (capital e trabalho), em conjunto com a dualidade produtiva, baixos níveis de renda e consumo, deterioração dos termos de troca e má utilização do excedente conclui a relação de dependência da periferia com os países centrais. Em conjunto, a falta de políticas industriais, industrialização e baixa capacidade de poupança inibem o investimento produtivo, dificultando ainda mais a acumulação de capital (GONÇALVES & BARROS, 1982).

Os países centrais, dentro desse modelo, são condicionados a sempre estarem na frente no núcleo industrial originário e serem competitivos internacionalmente. Portanto, a sua homogeneidade estrutural é resultado de políticas industriais bem elaboradas, reformas adequadas ao estilo de cada país e instituições capacitadas a investirem no desenvolvimento do país.

Quando se analisa a situação da periferia, é possível observar dificuldades na acumulação de capital e alocação dos fatores produtivos mais abundantes (terra e mão de obra). Com isso, além de não ocorrer aumentos substanciais na renda e consumo, os

² Modernização, para Furtado, corresponde, na periferia do sistema, a um processo de adoção de modernos padrões de consumo sem uma correspondente acumulação de capital produtivo e progresso técnico no sistema produtivo. Ou seja, nesse sentido, para Furtado, modernização não é sinônimo de desenvolvimento.

excedentes disponíveis são utilizados de maneira ineficientes e os investimentos em novas plantas ou meios de acumulação de capital produtivo são prejudicados. Contudo, grande parte dos problemas são causados por políticas econômicas e sociais mal estruturadas, corrupção, não aplicação de novas reformas, além das instituições possuírem dificuldades em se adequar a novos modelos (RODRÍGUEZ,2009). O Quadro 1A no apêndice compara as principais características entre centro e periferia.

1.2 – Teoria do Subdesenvolvimento

O subdesenvolvimento é um processo que não está relacionado com a “idade” de uma sociedade ou país. Furtado (1961) ressalta que o parâmetro utilizado para medir o grau de desenvolvimento é o grau de acumulação de capital e articulação com a ciência experimental. Segundo referido autor, o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo e não uma etapa da qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram algum nível superior de desenvolvimento.

Uma sociedade subdesenvolvida é adicionalmente caracterizada pela escassez de capital produtivo ou problemas na alocação eficiente de capital e trabalho. Segundo Bielschowsky (2000), as economias periféricas ou subdesenvolvidas possuem um baixo nível de produtividade média, limitando a acumulação de capital e o crescimento econômico. Em relação ao cenário macroeconômico, desequilíbrios no balanço de pagamentos, inflação, desemprego, insuficiência de poupança e divisas são problemas recorrentes em países subdesenvolvidos.

É interessante salientar que não há pré-requisitos para o desenvolvimento, sendo assim, cada nação possui seu modo de lidar com esse processo. Nações que lograram êxito no processo de desenvolvimento, apoiaram-se em suas respectivas industrializações. Nesse sentido, o meio para o desenvolvimento, segundo Furtado (1974), seria o processo de acumulação de capital em conjunto com a ciência experimental. Sendo assim, o desenvolvimento seria a modificação das estruturas sociais e políticas de um país, sob o efeito do crescimento econômico, com a criação de indústrias inovativas, aumento da produtividade média, elevação do salário real e maior acesso aos bens e serviços.

O processo de geração de divisas pode ser alcançado pelo crescimento do setor agrícola, sendo o motor para acumulação de capital. Nesse sentido, a introdução inicial em indústrias tecnológicas pode utilizar da acumulação de capital obtida na agricultura. Em um segundo momento, os investimentos em desenvolvimento de novas ciências são

essenciais para concretizar aumentos de produtividade, crescimento dos setores menos produtivos, criação de novos postos de trabalho, melhores salários e uma maior oferta de bens e serviços (FURTADO, 1961).

Além disso, o planejamento de longo prazo do Estado é indispensável no processo de desenvolvimento. Países periféricos possuem insuficiência no fator produtivo capital, sendo assim, o Estado pode apoiar a criação do comércio com economias centrais, que podem servir como outro fator propulsor na geração de divisas. Com isso, uma maior acumulação de capital gera os meios necessários para utilização dos fatores de produção mais abundantes³(mão de obra e terra).

Segundo Rodríguez (2009), é necessário criar maior integração com outros países tanto no comércio quanto no financiamento externo, atuando para diminuir a escassez de divisas e aumentar a acumulação interna de poupança, tais medidas ampliam o acesso a novas tecnologias e diminuem a heterogeneidade estrutural.

Nesse sentido, é papel do Estado fornecer meios para que os investimentos se realizem, como por exemplo: apoio a infraestrutura, transporte, energia, facilidades em disposição de crédito, ajuda no comércio internacional, além do controle da inflação e taxa de câmbio. Também é necessário a eliminação do desequilíbrio externo e recuperação da balança comercial, visando maior integração intersetorial e vertical da produção, tornando o aparato industrial diversificado e competitivo. Em suma, empresários em conjunto com o Estado, são os principais motores para o desenvolvimento econômico (RODRÍGUEZ, 2009).

Portanto, o processo de desenvolvimento é complexo e cheio de obstáculos, ressaltando o aspecto subjetivo do desenvolvimento, ou seja, adotar as mesmas medidas que os países centrais, não garante o desenvolvimento. É necessária a criação de um núcleo tecnológico inovativo, conciliando ciência experimental e acúmulo de capital produtivo. Enquanto o Estado trabalha com projetos de longo prazo, a fim de criar maior bem-estar para a população e diminuição da dependência dos países centrais (TAVARES, 2000).

Nesses parâmetros, são pontos chaves nesse processo a criação de políticas industriais com foco em setores mais produtivos e com melhores condições de produção em escala e escopo. Além de projetos de melhorias em infraestrutura, energia, transportes, educação, qualificação da mão de obra, saúde e proteção ao meio ambiente. Ao longo do

³ Uma das soluções seria combinar os fatores mais abundantes: terra e mão de obra.

desenvolvimento, as variáveis macroeconômicas (desemprego, inflação, taxa de câmbio e balança comercial) passam por período de oscilações, o Estado precisa ter instituições capazes de garantir o equilíbrio sem prejudicar o desenvolvimento (TAVARES, 2000).

CAPÍTULO 2 – PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS APÓS 1949

Neste capítulo, investiga-se o caminho percorrido pela China no processo de desenvolvimento. Com base nas ideias de Celso Furtado e autores cepalinos apresentadas no primeiro capítulo, serão analisados o projeto e as políticas chinesas adotados no período.

Desse modo, um ponto relevante é analisar como o Estado Comunista Chinês conduziu suas políticas e reformas. Cabe salientar, que em 1949, com a Revolução Comunista Chinesa, a China era um país dependente dos países centrais, com uma economia debilitada e sem poder de competição com outros países. Atualmente, a situação é diferente, a China possui um parque industrial desenvolvido e uma economia complexa, capaz de competir com economias centrais.

2.1 – Desenvolvimento chinês após 1949

Serão analisados dois períodos de tempo. No primeiro período, os anos compreendidos entre 1949 a 1978, com a entrada de Mao Tse-Tung e início das mudanças políticas, adoção de planos quinquenais e controle total do Estado. Já no segundo período, entre 1978 a 2000, com a entrada de Deng Xiaoping, a criação das reformas liberalizantes e acesso ao comércio mundial.

No primeiro período, o Estado almejava consolidar o território, acelerar o crescimento econômico e criar melhores condições de vida. Na segunda fase, a preocupação estava no acesso ao comércio internacional, entrada de investimentos diretos no país e a crescente industrialização. Em suma, observa-se que o crescimento chinês se eleva após 1949, porém, somente após 1978, com a entrada no comércio mundial, que o país logra crescimento em larga escala.

2.2 – Políticas e projetos após entrada do Partido Comunista Chinês (1949).

Os anos anteriores à entrada do Partido Comunista Chinês em 1949 foram bastante instáveis para a China. A economia passava por diversos problemas: baixo crescimento, alta taxa de inflação e elevado desemprego. Além disso, mesmo a agricultura sendo a principal atividade produtiva, em torno de 50% das terras não eram utilizadas. Outro ponto, era a carência de um setor industrial e as desigualdades regionais.

Com isso, o início da fase de Mao Tse-Tung, após a entrada do Partido Comunista no poder, tinha como objetivo elevar a competitividade chinesa no contexto

mundial. Para atingir o objetivo proposto seriam adotadas as seguintes medidas: controle total do território, aprimoramento do setor agrário e criação de uma indústria tecnológica com capacidade de competir internacionalmente. O modelo do Estado era organizado no desenvolvimento tanto da indústria pesada quanto da criação de uma significativa reforma agrária, desfrutando da grande quantidade de mão de obra e terras produtivas do país. Com isso, o Estado teria amplos poderes na condução de tais projetos (ZHENG, 2004).

Com o objetivo de industrializar o país, o Estado precisaria inicialmente de acúmulo de divisas para iniciar os investimentos no setor. Desse modo, primeiramente, o setor agrícola seria o meio utilizado pelo Estado. Na tentativa de alinhar ainda mais as divisas criadas pelo setor rural ao desenvolvimento industrial, o Estado criaria regulações de preços, quantidade de produção e excedente. Como exposto no capítulo anterior, Furtado (1961) apontava que a agricultura nos países em desenvolvimento seria um setor estratégico para impulsionar a industrialização, principalmente por meio da geração de divisas.

Com isso, em 1950, é feita uma reforma agrária para melhorar a distribuição e o aproveitamento das terras produtivas. Nesse modelo, camponeses médios mantiveram parte de suas terras, enquanto os camponeses mais ricos tiveram parcelas de terras redistribuídas entre os pequenos agricultores. Tal política, segundo Pomar (2003), teria como proposta a distribuição de cerca de 50% das terras produtivas entre 300 milhões de pessoas.

Naquele momento, o Estado Chinês compreendia que além da posse dos fatores de produção, seria necessária uma alocação eficiente. A distribuição de terras melhorava os indicadores de desigualdade, desemprego e aumentava a produção de excedentes. Analisando o caso da América Latina (com base nos documentos cepalinos), Rodríguez (2009) aponta que a terra, enquanto fator de produção, pode ser utilizada de forma eficiente no processo de desenvolvimento.

Além de uma reforma agrária, o modelo chinês adotaria a criação dos planos quinquenais para auxiliar no processo de desenvolvimento. Em 1953, é criado o primeiro plano quinquenal com o intuito de elevação do crescimento econômico, aproveitamento de áreas produtivas e expansão da indústria tecnológica. Em suma, o plano obteve sucesso em avanços da infraestrutura, produção industrial e agrícola, além de aumentos de renda da população (ZHENG, 2004). Porém, com grande parcela do excedente agrícola sendo

destinado ao avanço do setor industrial, o desenvolvimento da agricultura e de outros setores industriais foram prejudicados.⁴

Com 25% das divisas do setor rural sendo destinadas ao avanço do setor industrial, o setor agrícola crescia a taxas menores quando comparado ao setor industrial. Além disso, o crescimento da produção rural foi impactado por grande parte do território ser composta por minifúndios, o que dificultava a aquisição de maquinários e bloqueava o crescimento da produção (POMAR, 2003). É importante acentuar que o Estado teve um papel relevante em todas as fases do processo, o subdesenvolvimento na China também era caracterizado por uma série de obstáculos a nível microeconômico, que necessitavam de resolução.

Até 1955, o setor rural carecia de investimentos e de elevações da produtividade. Grande parte dos camponeses utilizavam maquinários de posse privada e apenas uma pequena parcela utilizava do sistema de cooperativa. Com a necessidade de elevar a produtividade do setor rural, visando melhor uso das terras produtivas, em 1956 o Estado cria o sistema cooperativo. No novo modelo, as propriedades e maquinários seriam unificados para o melhor aproveitamento dos recursos. O sistema seria utilizado para aumentar a produtividade, com o aprimoramento do uso coletivo de terras e maquinários (POMAR, 2003).

Os bons resultados do primeiro plano quinquenal e das reformas ampliaram a motivação para a evolução do setor agrícola e industrial. Nessa conjuntura, é criado em 1958 o segundo plano quinquenal, denominado de O Grande Salto à Frente. Segundo Ferraz & Diegues (2019), o plano era ainda mais inovador na tentativa de ampliar o desenvolvimento da indústria pesada, criação de ciência, formação de infraestrutura e comércio, melhor aproveitamento das terras produtivas, e consolidar o poder militar chinês.

Com isso, o objetivo do Estado era alcançar o desenvolvimento econômico em pouco tempo. Ainda no segundo plano quinquenal, era esperado realizar uma socialização da atividade rural, as chamadas comunas. Seriam tarefas definidas pelo Estado desde a construção de infraestrutura, coordenação da produção e distribuição dos produtos (RUIZ, 2006).

⁴ Segundo dados apresentados por Zheng Lu (2004), o primeiro plano quinquenal conseguiu elevar a renda nacional em 53%, ao passo que a produção industrial teve uma elevação de 128% e a produção agrícola em 24,8%.

No entanto, a tentativa de atingir resultados rapidamente acabou falhando em alguns aspectos. A combinação de problemas estruturais e climáticos causaram sérios problemas a economia chinesa, como por exemplo a quebra de safra entre 1959 e 1962 e rompimentos de elos industriais, que causaram uma grande quebra da produção chinesa, aumentando os níveis de miséria e fome (ZHENG, 2004).

Com o colapso do último plano, em 1963 é iniciada uma retomada para reorganizar as bases produtivas, adicionando foco ao crescimento do setor agrícola na tentativa de criar uma rede de segurança alimentar na China. Além disso, se inicia uma lenta e gradual abertura do meio rural ao setor privado e acesso ao comércio. Em conjunto, são feitas mudanças no setor industrial para frear e interromper indústrias em locais não apropriados (ZHENG, 2004).

A década de 1960 é considerada como uma época de reorganização das bases para criar meios de continuar as reformas necessárias. Porém, surgem problemas dentro do partido comunista devido ao modo como as decisões eram tomadas, no geral, as decisões eram bastante centralizadas e com baixa participação dos membros do baixo escalão do partido. Com melhores indicadores de produtividade e crescimento de alguns setores, surgem, no partido comunista, ideais liberais a favor da abertura ao setor privado.

Com isso, cria-se uma certa divisão entre o partido, na qual parte defendia a abertura comercial e acesso a políticas liberais e outra parcela defendia o aprimoramento dos ideais comunistas com o modelo de Estado centralizador. Na tentativa de barrar as propostas liberais e retomada do poder político de Mao Tse-Tung, inicia-se em 1966 a chamada Revolução Cultural (DE SANTANA, 2009).

Os impasses do partido comunista na década de 1960 colocam em pauta as políticas liberalizantes do início da década 1970. Com as tensões do governo chinês e sua principal base socialista aliada, a URSS, é iniciada uma reaproximação com o governo dos Estados Unidos, naquele momento enfraquecido pela derrota na guerra do Vietnã. Na tentativa de reatar bases comerciais, em 1972 é iniciada uma lenta liberação do comércio chinês e uma ampliação ainda maior das discussões liberais. No entanto, a abertura comercial ocorre de forma ampla somente após a morte de Mao Tse-Tung e entrada de Deng Xiaoping ao poder em 1976 (RUIZ, 2006).

As divergências políticas são relevantes para entender o processo de desenvolvimento, conforme colocado por Furtado (1961), o subdesenvolvimento é um tema muito além da questão econômica. Na China do século XX, o embate de ideias

ocorria para determinar qual o melhor caminho a ser seguido para a superação do estado de nação periférica.

Logo, cabe salientar que o governo de Mao Tse-Tung teve dificuldades na condução do crescimento econômico e avanço do desenvolvimento chinês. O sistema autoritário e com foco nas políticas socialistas foram incapazes de gerar as mudanças necessárias para se concretizar o desenvolvimento chinês. Com isso, o crescimento chinês se aprimora após a entrada ao poder de Deng Xiaoping. Esse novo governo seria capaz de criar as reformas e políticas necessárias que acarretariam diversas mudanças no arcabouço da economia chinesa.

Por fim, é importante notar que os problemas da China eram semelhantes aos problemas analisados pelos autores cepalinos, ou seja, o subdesenvolvimento, apesar de ter suas particularidades, é a soma de fatores políticos, econômicos e sociais similares entre os países.

2.3 – Desenvolvimento chinês 1978 – 2000

A década de 1970 é importante para compreender o processo de desenvolvimento chinês. A década inicia-se com uma grande modificação em termos econômicos: o Estado inaugura tentativas de reformas e investimentos estruturais na pauta industrial chinesa. Assim sendo, são criadas algumas reformas-chaves no país. Tais reformas partiriam da melhoria na infraestrutura de energia e transportes, abertura do comércio até a criação de uma nova reforma agrária na tentativa de aumentar a segurança alimentar no país. Com isso, tais reformas seriam o ponto-chave para o Estado tentar avançar seu crescimento e desenvolvimento (MEDEIROS, 1998).

O começo da década de 1970 é marcado por uma tentativa de criação de reformas e abertura comercial. No entanto, essas reformas somente se concretizam após a morte de Mao Tse-Tung e o acesso de Deng Xiaoping ao poder em 1976. Para Naughton (2014), a entrada de Deng Xiaoping ao poder, cria o ambiente para mudanças na pauta econômica chinesa. Tais mudanças trazem maior acesso ao mercado internacional com a reaproximação dos Estados Unidos, abertura do investimento direto estrangeiro nas Zonas Econômicas Especiais (ZEES)⁵, além de uma significativa reforma agrária.

⁵ Durante o governo Deng Xiaoping foram criadas áreas geográficas específicas para o direcionamento de atividades industriais. As Zonas Econômicas Especiais contavam com vantagens para atração de capital estrangeiro. As medidas foram cruciais para alavancar o processo de desenvolvimento industrial e aumentar as exportações chinesas (NONNEMBERG, 2010).

As novas medidas do Estado iam no sentido de uma maior alocação de forças na autossuficiência da agricultura, criação de infraestrutura, investimentos em educação, qualificação da mão de obra e de desenvolver a indústria criadora de ciência e tecnologia. Nesse período, o Governo Chinês dava ênfase à necessidade de buscar formas de produção mais eficientes e com maior nível tecnológico, aumentando assim o grau de homogeneidade da economia, aspecto bastante semelhante ao que foi apontado por Rodríguez (2009) no capítulo anterior sobre o caso da América Latina.

Leite (2011), ressalta três fatores essenciais ao crescimento chinês a partir da década de 1980 como: i) condução pragmática das reformas econômicas, adoção do modelo de experimentação e de adequação ao longo do processo de implantação; ii) apoio do governo, partido e população para a implementação das reformas; iii) estabilidade política e capacidade de reestruturação política imposta por Deng Xiaoping.

Ao mesmo tempo, na tentativa de limitar a hegemonia e as relações de dependência impostas pelos países centrais, é iniciada na China uma aproximação com países vizinhos e países em desenvolvimento. Desse modo, grande parte dos capitais que entram na China, após sua abertura comercial, partem de países vizinhos como os Tigres Asiáticos, Japão e Coréia do Sul. Com isso, além de fortalecer os laços com países vizinhos, o Estado demonstrava uma preocupação em evitar relações de subordinação.

Entretanto, com o crescimento pautado no desenvolvimento do setor industrial, Masiero & Coelho (2014) ressaltam que o país ainda tinha obstáculos no progresso de sua pauta industrial, dentre eles: i) maior produção e desenvolvimento do setor industrial em comparação com outros setores, como a agricultura, energético e transporte; ii) maior crescimento do setor industrial primário em comparação com o setor mais tecnológico; iii) baixa organização do arranjo regional das indústrias e não aproveitamento das vantagens comparativas de cada território; iv) baixo gerenciamento e ordenação entre empresas; v) baixa competitividade internacional pelos baixos ganhos em escala e escopo.

Em vista disso, são adotadas algumas políticas para auxiliar o crescimento do setor industrial e do rural. Segundo Medeiros (1998), são utilizados três meios para amparar esses investimentos, dentre eles: i) existência de três preços: administrados pelo Estado, preços controlados e preços mensurados pelo mercado, na tentativa de criar maior autonomia do mercado ii) vasta reforma agrária, com a terra permanecendo na mão do Estado e fim das comunas, com contratos firmados para redistribuição de terras para famílias com o fim de se elevar a produtividade e competitividade desse setor; iii) além

de redirecionar créditos e investimentos estatais para o setor e empresas específicas, como energia, química, e produtos industriais tecnológicos.

Segundo Masiero e Coelho (2014, p. 147), alguns programas essenciais podem ser listados, como: “Programa de Tecnologias-Chave, de 1982, em que o governo disponibilizava tecnologias-chave para algumas empresas desenvolvê-las e comercializá-las; o Programa 863, de 1986, que criou vários laboratórios de tecnologia avançada; o Programa Torch, de 1987, de ênfase na educação em ciência e tecnologia; o Programa Nacional de Novos Produtos, de 1988, responsável por ajudar as empresas a adquirir ou desenvolver novos produtos; e, por fim, o Programa Nacional de Centros de Pesquisa em Engenharia e Tecnologia, que criou vários centros de pesquisa importantes, desde 1992”.

Em relação ao setor rural, as tentativas fracassadas de reformas dos governos anteriores, impunham a necessidade de uma nova configuração. Desse modo, na tentativa de criar uma autossuficiência alimentar, o governo modifica o setor agrário. Atividades antes coletivas e com contratos firmados com o Estado e regulação de produção seriam modificadas para a nova redistribuição das terras, com essas terras permanecendo na mão do Estado.

Os contratos seriam feitos com prazos de até 15 anos, podendo serem renovados. Além disso, essa mudança dava maior liberdade aos camponeses, na medida em que os excedentes criados pelo meio rural poderiam ser vendidos para o Estado ou para os mercados locais. Como resultado, essa nova reforma consegue, além de diminuir as desigualdades da área rural, criar elevações de renda e receitas ao Estado pelos substanciais aumentos de produtividade (RUIZ, 2006). Esse novo sistema era capaz de solucionar os problemas do setor sem a necessidade de recorrer aos países centrais.

Segundo Medeiros (1998, p. 3), “com as reformas do campo do final dos anos 70, o crescimento da produtividade tornou evidente um gigantesco excedente de força de trabalho rural. Em 1983 foi permitida uma migração temporária de trabalhadores rurais para as cidades pequenas. Para os camponeses que demonstrassem a existência de recursos e residência foi permitido, em 1984, migração permanente. Em 1982 as áreas urbanas registraram 2 milhões de migrantes das áreas rurais. Em 1993 os migrantes totalizaram 51 milhões e, em 1995, 80 milhões”.

Após a reforma no setor agrícola, os próximos esforços do Estado Chinês estavam centrados em alterar a política comercial, acesso ao setor privado e comércio internacional. Observando a necessidade de reforma desses setores, a estratégia do Partido Comunista Chinês era atrair empresas e investimentos diretos, estrangeiros, em um amplo mercado interno a ser absorvido e com uma vasta mão de obra qualificada. Com isso, o Estado se preocupa em gerar avanços em ciência e tecnologia, mas sem perder o controle de novas empresas em seu território (POMAR, 2003).

Ao contrário dos modelos de desenvolvimento utilizados por países periféricos de atração do capital sem nenhum controle, o projeto chinês de desenvolvimento parte de fundamentos diferentes, com capacidade de impedir a relação de dependência com as potências mundiais. O governo foi capaz de articular políticas tradicionais e inovadoras utilizando-se da política fiscal e atuação ativa do Estado em investimentos em infraestrutura, suporte a política monetária (maior acesso ao crédito), além de uma política cambial de desvalorização da moeda para o fortalecimento das exportações (FERRAZ & DIEGUES, 2019).

Na tentativa de atrair o capital estrangeiro sob a perspectiva da industrialização chinesa, são criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEES) para auxiliar no desenvolvimento de novas tecnologias e favorecer o projeto de exportações de manufaturas. Inicialmente, são escolhidos os estados da zona costeira chinesa, por serem mais avançados e abundantes em matérias primas. Esses estados serviriam como uma espécie de teste, caso esse projeto fosse bem-sucedido, essas zonas seriam expandidas para outros estados.

Dessa forma, inicialmente, o Estado concedia diversos incentivos fiscais, tarifários e isenção de tarifas sobre a importação, desde que essas regiões conseguissem atingir as metas necessárias de produção e exportação. Com isso, à medida que esse projeto foi se aprimorando, tais incentivos foram sendo afrouxados gradativamente. A articulação do Estado com o processo de desenvolvimento permitia a adoção de mudanças eficientes na estrutura social e econômica do País. Ao contrário dos países periféricos em geral, o Estado Chinês foi capaz de propor soluções sem ser capturado por interesses de grupos minoritários (SAWAYA, 2011).

Durante a abertura da China aos investimentos diretos estrangeiros, tais investimentos eram direcionados somente às ZEES com condições impostas pelo Estado. Referidas imposições iam desde a criação de *joint-ventures* estrangeiras com empresas nacionais até a transferência e compartilhamento das tecnologias de produção às empresas nacionais (POMAR, 2003).

A concorrência com os mercados internacionais e o auxílio às exportações seriam iniciadas via ZEES com apoio à industrialização e foco nas exportações, abertura do mercado e acesso aos investimentos diretos estrangeiros. Em conjunto e apoio a essa política, são criadas as ZDET (Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico) com objetivo de manter os investimentos diretos estrangeiros e estimular investimentos

em setores industriais tecnológicos. Esse novo projeto tinha como intuito a expansão do aparato tecnológico e os investimentos industriais para outras regiões (RUIZ, 2006).

O grande diferencial do projeto chinês de desenvolvimento é resultado da união entre suas grandes políticas e reformas de setores essenciais. Tais reformas se deram pelo aprimoramento da educação, reforma empresarial, financeira e do comércio externo. Os vastos investimentos em setores específicos fornecem as bases necessárias para o avanço do País. Como resultado, são utilizados altos investimentos em educação e qualificação da mão de obra chinesa, como exposto por Tavares (2000), o desenvolvimento somente seria alcançado se a população fosse capacitada para participar do processo. Segundo dados de Pomar (2003), a população analfabeta na China cai de 80% em 1949 para 15% no século XXI.

Buscando maior produtividade e eficiência para as empresas, a reforma empresarial feita pelo Estado, após 1976, conseguiu deixar empresas nacionais mais independentes (GUIMARÃES, 2012). Seria dado foco ao fortalecimento de empresas estratégicas e capazes de criar ganhos em escala e escopo. Em suma, Masiero e Coelho (2014) ressaltam que o fato de alguns setores serem fomentados, outros passariam a serem desincentivados. Setores de energia, transportes e criadores de inovação técnica seriam impulsionados, em razão disso, setores de baixa qualidade técnica, bens de consumo duráveis e de alto consumo de energia, bens de luxo e bens limitados no mercado interno seriam desestimulados.

Guimarães (2012) ressalta que 70% da população estava na PEA (população economicamente ativa), e parcelas maiores que 40% foram destinados aos investimentos pelo Estado.

Em conformidade com a reforma empresarial, o Estado reestrutura o sistema financeiro. Desse modo, os bancos seriam divididos entre bancos de políticas públicas e bancos comerciais. Os bancos comerciais eram direcionados à liberação de crédito a empresas eficientes, ao passo que seria reduzido o financiamento a empresas improdutivas. Essa reforma tinha como meta o fomento ao progresso tecnológico com menores taxas de juros, subsídios a P&D, e reaproximação de empresas com as Universidades (GUIMARÃES, 2012).

Em conjunto com a reforma financeira são modificadas as políticas monetárias e políticas de comércio exterior. Tais mudanças iam desde um maior controle da inflação a desvalorização da moeda (para auxiliar na elevação das exportações). Além disso, os

investimentos públicos em rodovias e portos melhoravam a logística para o comércio (GUIMARÃES, 2012).

Logo, é importante salientar que a China conseguiu a junção entre acumulação de capital e inovação técnica. Nesse molde, ela optou por não competir com os capitais centrais, mas atrair empresas dos países centrais. De acordo com Ferraz & Diegues (2019) e SAWAYA (2011), a China não optou por atrair o capital passivamente como feito por outros países periféricos. Porém, atraiu grandes empresas e suas tecnologias sob restrito controle do Estado com o desenvolvimento de *joint-ventures* e transferências de tecnologia. Ou seja, ao mesmo tempo que atuava como parceiro dos países centrais, operava como competidor no comércio internacional.

Desse modo, observamos que o Estado centralizador de Mao Tse-Tung conseguiu êxito em alguns pontos, mas não conseguiu alavancar o crescimento da economia em larga escala. Somente após a entrada de Deng Xiaoping é que se obtém um crescimento significativo da economia chinesa. Observa-se que os determinantes desse processo de desenvolvimento estavam na junção entre autossuficiência alimentar, reforma agrária, política industrial visando setores essenciais, investimentos em infraestrutura e atração do capital. Em conjunto, o Estado Chinês não permite a criação de uma relação de dependência com os países centrais e obtém êxito na criação de divisas em conjunto com a criação de novas tecnologias.

Apenas em 2001, com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, que o processo de entrada de investimentos diretos se eleva ainda mais, mantendo-se em níveis excepcionais, mesmo em 2009 com a crise do *subprime* (PROOTI, 2015).

As Zonas Econômicas Especiais foram responsáveis pelo maior fluxo de investimento estrangeiro direto. Com isso, o aumento das exportações foi capaz de superar o déficit com as importações, causando assim, um superávit comercial recorrente. Cabe salientar, que grande parte do crescimento das empresas ligadas às ZEES se deve pelas empresas coletivas, denominadas *Townships and Village Enterprises*, que tinham de cumprir metas estabelecidas pelo Estado. Mesmo assim, com a transferência para o setor privado, tais empresas continuavam recebendo o apoio do Estado (PROOTI, 2015).

O crescimento das exportações chinesas é resultado das melhorias produtivas. Os produtos passaram por várias modificações, deixando de ser apenas produtos primários e de baixa qualidade, tornando-se produtos sofisticados e com maior tecnologia agregada. De acordo com Nonnenberg (2010), o saldo em conta corrente foi de pouco

mais de US\$ 1 bilhão de dólares em 1982 para US\$ 27 bilhões em 1996 e, posteriormente, US\$ 372 bilhões em 2007.

Com relação aos rendimentos no período, observa-se um aumento menor da renda *per capita* em relação ao PIB, enquanto a poupança das famílias foi crescente. Segundo Perkins (2012), a poupança das famílias em percentual da renda, passou de 12% em 1980 para quase 30% em 2008. Grande parte desse aumento de poupança, ainda segundo o autor, pode ser descrito como um aumento das despesas com saúde, redução de auxílios do governo e uma elevação dos custos urbanos (PROOTI, 2015).

No capítulo anterior, Furtado (1961) e Rodríguez (2009) chamam a atenção para a questão da poupança interna, os países periféricos possuem, no geral, uma baixa capacidade de geração de poupança interna, principalmente por parte das famílias. Nesse contexto, os investimentos tendem a apresentar dificuldade de financiamento, travando setores importantes e dificultando o crescimento. A China em seu processo de desenvolvimento tentou reverter esse processo por meio do incentivo à geração de poupança.

Diversos estudos buscam entender o processo de desenvolvimento chinês, desse modo, questiona-se qual o peso do setor externo nesse processo. Grande parte das empresas internacionais deslocam suas produções na busca de mão de obra qualificada e infraestrutura adequada, e, com isso, a China criou uma grande quantidade de empresas focadas em alimentar o comércio internacional de produtos originados na China. Segundo Aglietta&Barrebi (2007), a atração de multinacionais para o território chinês sob seu estrito controle (na maior parte das vezes como *joint-venture*) impunham a transferência de tecnologias e, dessa forma, as empresas estrangeiras tinham seus poderes limitados.

Por outro lado, é necessário compreender o papel dos investimentos internos no processo de desenvolvimento da China. Apesar de o capital privado estar presente, foi a atuação do Estado, em grande medida, a responsável pelos investimentos que criaram a infraestrutura necessária para o crescimento e desenvolvimento econômico. Tal foco, principalmente nos processos de investimento, pode ser correlacionado, a partir dos anos 1990, com apoio maior nas zonas especiais (MEDEIROS,2010).

Portanto, colocam-se os resultados das exportações pela entrada do Investimento Direto Estrangeiro em território chinês, e as elevações dos investimentos pelos apoios diante das empresas estatais em conjunto com as empresas privadas estrangeiras (MEDEIROS, 1998).

Segundo Medeiros (2010), os investimentos estatais se mantiveram mais estáveis em detrimento das exportações. Por isso, não se pode desconsiderar o papel das exportações, nem os altos investimentos no processo de crescimento, mas sim, que eles foram complementares. Contudo, é preciso enfatizar que a estabilidade do fluxo de investimentos permitiu que o processo fosse de maneira constante (MEDEIROS, 1998).

Por fim, após a análise do processo de desenvolvimento da China, é possível concluir que, diferentemente dos países periféricos da América Latina, o país asiático agiu de maneira mais eficiente no sentido de contornar os problemas estruturais do subdesenvolvimento, enquanto os países latinos tiveram dificuldade em articular a atuação do Estado com a proposta de crescimento com desenvolvimento. Além disso, segundo Sawaya (2009), o modelo clássico de acumulação capitalista foi decisivo para o ciclo de crises posteriores ao desmantelamento do acordo de Bretton Woods nos anos 1970, enquanto a China foi eficiente em propor um novo modelo de acumulação e, por isso, ser menos impactada nas crises globais.

CAPÍTULO 3 – DESAFIOS E PERSPECTIVAS

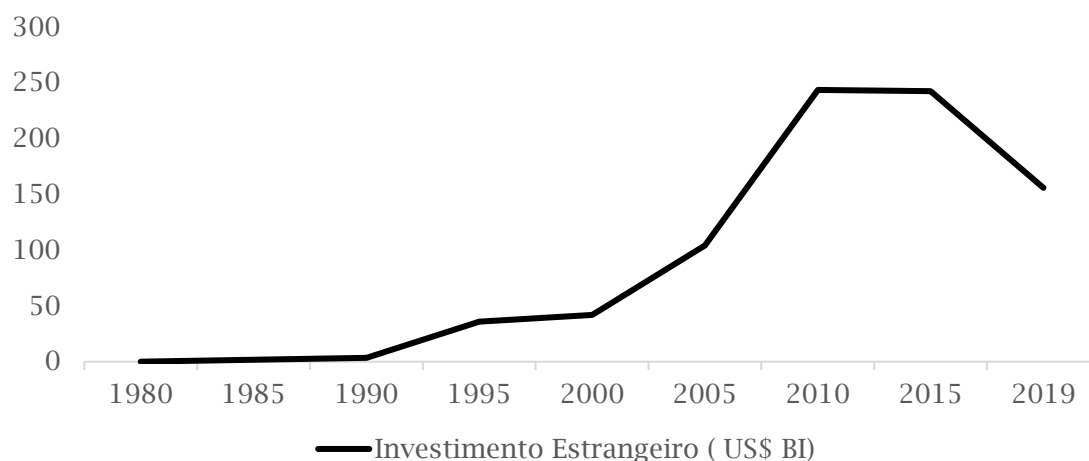
Neste capítulo é analisada a conjuntura atual do processo de desenvolvimento chinês. Na primeira subseção serão apresentados os resultados recentes. Com base nos capítulos anteriores, é possível questionar em qual estágio de desenvolvimento a China encontra-se atualmente e, posteriormente, na próxima subseção, serão analisados os desafios atuais para a continuidade do processo; por fim, na última subseção serão apontadas as perspectivas para a China.

3.1 Fase atual do processo de desenvolvimento

Nas últimas décadas, a China apresentou uma alta taxa de crescimento do PIB, bem acima da média dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. O modelo pautado em aumento dos investimentos estatais, criação das Zonas Econômicas Especiais, aprimoramento da mão de obra, infraestrutura e elevação das exportações demonstrou que as reformas estruturais conduzidas pelo Estado foram benéficas ao desenvolvimento. Contudo, o conceito de desenvolvimento é mais abrangente, considerando aspectos sociais, econômicos e políticos. Nesse caso, é necessário discutir em qual etapa de desenvolvimento a China se encontra atualmente.

Em relação aos aspectos econômicos, após a entrada de Deng Xiaoping ao poder, houve uma expressiva entrada de investimentos no país. Mas para isso foram necessárias reformas para aumentar o grau de abertura da economia, retirando restrições ao mercado e aumentando os investimentos estatais em infraestrutura. Além disso, as reformas nos setores rural e industrial foram importantes para o crescimento no período. O Estado participou ativamente de todas as fases do processo, principalmente no financiamento via bancos públicos. No Gráfico 1 é possível analisar o fluxo de investimentos estrangeiro direto a partir da década de 1980.

Gráfico 1- Investimento Estrangeiro Direto na China: 1980-2019 (US\$ BI)



Fonte: Banco Mundial, Elaboração Própria

Como apontado no Gráfico 1, o investimento estrangeiro direto ganha força no começo da década de 1990, no entanto, os fluxos se tornaram instáveis após a crise de 2008. O movimento de entrada de investimento estrangeiro é um fenômeno observado em vários países periféricos na década de 1990, contudo, a China, diferente dos demais países, conseguiu manter esse patamar elevado. O Gráfico 1 indica uma elevação do investimento estrangeiro até 2010, a crise econômica de 2008, mesmo que em menor intensidade, afetou o fluxo de investimento estrangeiro na China, essa desaceleração é visível no período posterior a 2010 e se intensifica nos anos posteriores. Em relação ao período recente, a guerra comercial com os Estados Unidos implica em um menor fluxo de investimentos estrangeiros, países parceiros diminuíram os investimentos temendo sanções econômicas dos EUA.

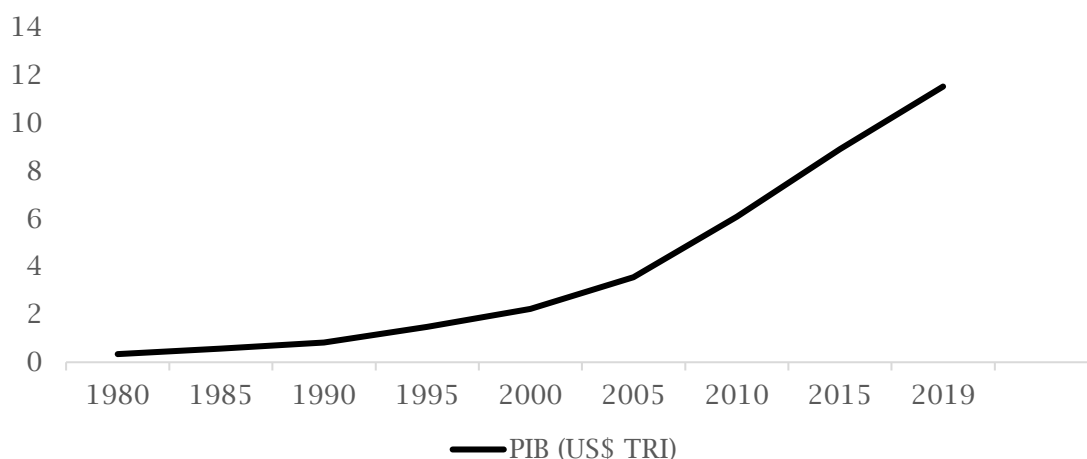
Quando se analisa o perfil do investimento estrangeiro direto, é necessário expor a importância que o Estado teve na atração do capital de empresas estrangeiras, e no desenvolvimento de tecnologias⁶ domésticas. Com isso, o sucesso das políticas de industrialização criou papéis relevantes na condução de vantagens comparativas em diferentes produtos, tanto pelo maior aprimoramento de tecnologia, quanto pelo aproveitamento de processos de escala e escopo (MASIERO E COELHO, 2014).

No Gráfico 2, são apresentados os resultados do PIB para o período após a década de 1980. O valor expressivo de crescimento foi condicionado pelas altas taxas de

⁶Segundo Masiero e Coelho (2014, p. 154), “o padrão do Estado na condução das empresas nacionais passaram a receber tecnologia (*linkage*), as quais foram implementadas e desenvolvidas em parceria (*leverage*), propiciando aprendizado rápido (*learning*), capacitando-as a gerar inovações locais (*indigenous innovation*)”.

investimento em relação ao PIB, que se situavam em torno de 40%. Grande parte desses investimentos foram feitos na infraestrutura e melhoramento de mão de obra, por parte do Estado (MEDEIROS, 1998). Conforme os dados do Gráfico 2 é possível observar um crescimento expressivo, principalmente na década de 2000, contudo, a partir de 2015 ocorre um movimento de desaceleração das taxas de crescimento, apesar de robustas, o valor passa a ser menor.

Gráfico 2 - Produto Interno Bruto: China 1980-2019



Fonte: Banco Mundial, Elaboração Própria

Como citado no capítulo 2, a dinâmica do crescimento contou também com as exportações. Após forte entrada de fluxos de investimento, a China foi capaz de ampliar e modernizar sua produção. No ano de 1985, as exportações foram de 26 bilhões de dólares; no ano de 2000, o país exportou 249 bilhões de dólares, um aumento expressivo.

Contudo, as modificações foram além do aspecto quantitativo. Na década de 1980, a pauta exportadora era composta por 49% de produtos primários e de baixo valor agregado; no início dos anos 2000, esse valor era de 12%. O país conseguiu avançar em termos tecnológicos, ampliando as exportações de bens de alta tecnologia para os países centrais, ficando menos vulnerável às relações de dependência (ACIOLY, 2005).

O Gráfico 3 apresenta a evolução da participação da China no mercado internacional. Até os anos 2000 a China era responsável por uma pequena parcela das exportações mundiais, no entanto, a partir de 2003 a China conseguiu ampliar sua participação, ressaltando que o indicador reflete uma mudança na quantidade e no aspecto qualitativo dos produtos exportados. Isto é, a China passa a exportar em maior quantidade, mas também produtos de maior valor agregado.

Gráfico 3 - Participação nas Exportações Mundiais: China 1980-2019



Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria

Por fim, é necessário citar os avanços recentes na financeirização da economia chinesa. Após a década de 1980, houve também diversos avanços para modernizar a estrutura bancária e financeira do país. Foram criados incentivos para o mercado de capitais, alinhamento com os padrões internacionais e atração de capitais financeiros. De acordo com Andrade & Cunha (2010), a maior participação da China em investimentos na carteira de outros países foi importante para o processo de financeirização da economia, atualmente o país é o maior detentor de títulos da dívida norte americana.

Atualmente, diversos autores (ANDRADE & CUNHA, 2010; AGLIETA, 2015; CINTRA & PINTO, 2017) discutem a possibilidade de o Yuan se tornar uma moeda internacional, assim como o dólar. Os estudos partem de decisões recentes do governo de reduzir as operações em dólar e aumentar a influência da moeda chinesa no mercado internacional.

3.2 – Desafios

A trajetória do desenvolvimento chinês criou diversos desafios para a sustentação das taxas robustas de crescimento. Com isso, muitos economistas buscam estudar esse fenômeno, mas demonstrando cautela ao analisar os indicadores econômicos. Nesses termos, há alguns anos a China vem adotando medidas para tornar o crescimento sustentável. A ocorrência de crises e instabilidade econômica motivou o governo a

continuar com as reformas na tentativa de conter os efeitos negativos ao processo de crescimento.

O processo de desenvolvimento deu origem a problemas como: elevação da inflação, alta nos preços das matérias primas, crescimento da poluição, aumento das desigualdades salariais. Com esses desafios em pauta, observa-se que o papel do Estado é essencial na aplicação de reformas e políticas para manter a estabilidade do crescimento econômico e social.

A médio prazo, a industrialização e modernização chinesa tenderá a atingir todos os setores da economia. Nesse sentido, os planejadores precisam de um novo plano para manter a capacidade de produção em alta em conjunto com baixas taxas de desemprego. Sendo assim, será necessário buscar uma solução que conecte o desenvolvimento tecnológico e emprego da força de trabalho (POMAR, 2003).

No entanto, o processo de industrialização e modernização das forças produtivas não abandonou por completo modelos antigos de produção que se utilizam de processos e ferramentas com baixo valor tecnológico. A manutenção dessas técnicas de produção garantiu a absorção intensa de mão de obra. Na agricultura, por exemplo, utilizam-se de técnicas antigas, mas ainda assim, possuem alta produtividade. Nesses termos, uma rápida adesão a tecnologias mais produtivas em todo território poderá causar problemas, como uma falta do emprego em determinadas áreas. Durante algum tempo, ainda será observado no território chinês a presença da dualidade de tecnologias,⁷ mantendo-se, assim, o funcionamento de todos os setores (POMAR, 2003).

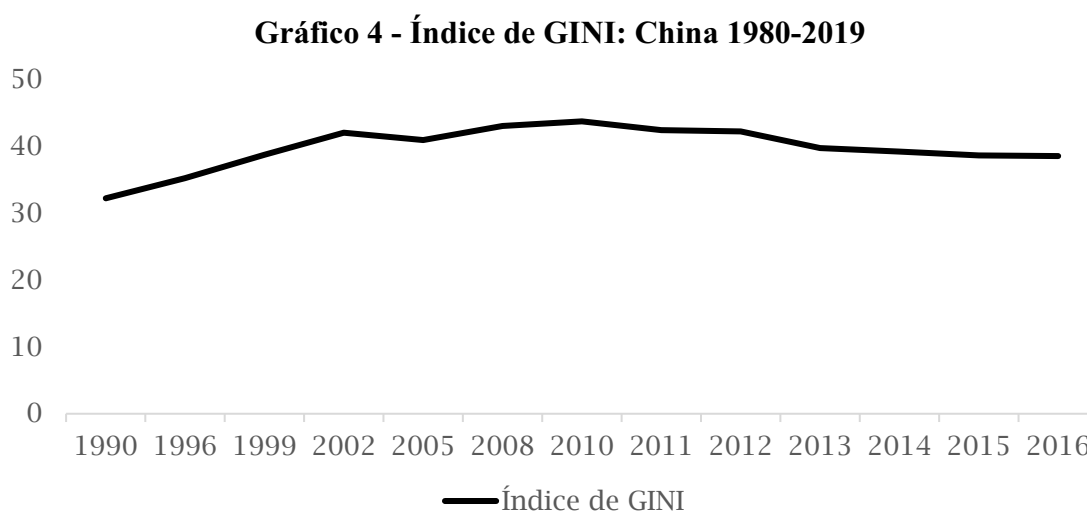
Outro ponto essencial, é a reação chinesa perante às crises mundiais. Com o objetivo de ser menos afetada por crises mundiais, a partir de 1997, sob a crise asiática, a China passou a adotar mudanças como fundos de concessão de crédito aos países em desenvolvimento e aquisição de empresas e plantas em diversos países para mitigar riscos de escassez de matérias primas (GUIMARÃES, 2012).

Aumentar o grau de confiança na economia chinesa é um dos objetivos das reformas, apesar de ainda apresentar grande rigidez, o quadro institucional está se adaptando às normas e regulamentações internacionais. Contudo, a China ainda não possui uma legislação clara em relação a concessão de patentes, dessa forma, os processos de produção são fáceis de serem copiados, aumentando os riscos da inovação. A falta de

⁷ Essa era uma estratégia, também proposta pela CEPAL, para tentar conter o ‘desemprego tecnológico’ em decorrência do problema de ‘inadequação tecnológica’ enfrentado pelos países latino-americanos (RODRIGUEZ, 2009).

restrição de patentes deteriora a qualidade dos produtos, além de não propiciar o aumento da qualidade tecnológica em alguns setores pela falta de competitividade. (GUIMARÃES, 2012).

De acordo com Jabbour (2008), o crescimento não veio acompanhado de desenvolvimento econômico, isto é, apesar de haver um rápido processo de industrialização e aumento do PIB, os indicadores sociais apresentaram melhoras relativamente menor. O tamanho da sua população, os recursos existentes em seu território e o modelo clássico de industrialização extensiva causaram pressão sobre os recursos naturais e aumento das desigualdades regionais e sociais. O Gráfico 4, apresenta os valores do índice de Gini durante o período analisado. De maneira Geral, o resultado permaneceu estável até 2010, com movimentações suaves. Contudo, a pós políticas de redução da extrema pobreza e distribuição de renda o indicador entra em uma tendência de queda, que se manteve nos anos recentes.

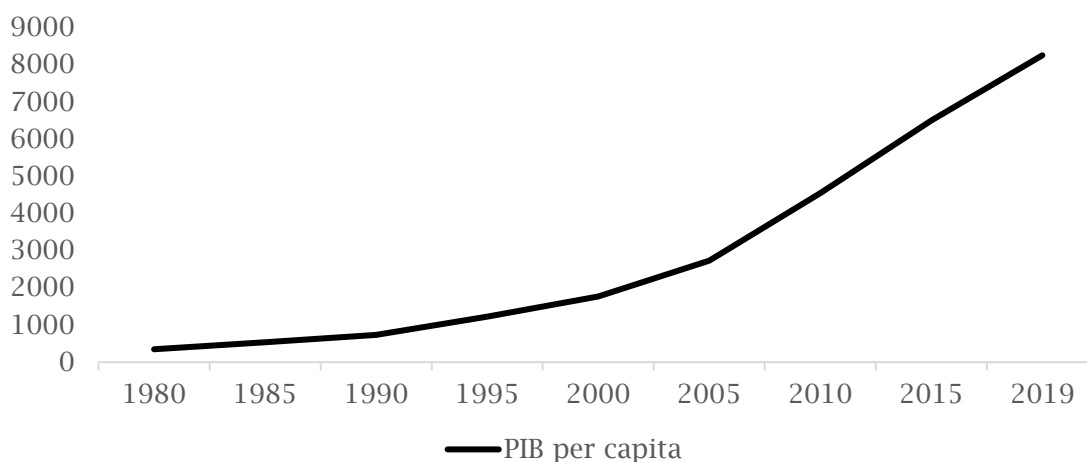


Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria

Além disso, Jabbour (2008) aponta que a China possui uma renda *per capita* distante da dos países desenvolvidos, ao mesmo tempo, sua população ainda é crescente, com pico previsto para 2030 em 1,5 bilhão de habitantes. Grande parte da pobreza e desigualdade chinesa pode ser relacionada à grande parcela da população que ainda vive no campo, cerca de 700 milhões, em conjunto com um foco maior de especialização e crescimento das áreas costeiras. O Gráfico 5 apresenta a evolução dos valores do PIB *per capita* chinês no período de 1980 a 2019. Assim como os resultados do PIB, o valor *per capita* apresentou uma melhora bastante robusta, durante toda a série analisada a China

apresentou uma elevação no PIB per capita mesmo com a sua população apresentando taxas de crescimento positiva.

Gráfico 5 - Produto Interno Bruto Per Capita: China 1980-2019



Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria

De acordo com Cintra & Pinto (2017), no processo de superação do subdesenvolvimento, a China tem aumentado o interesse pelo mercado financeiro, buscando ampliar e modernizar as atividades do setor. No ano de 2015, o Banco Central da China indicou um conjunto de medidas para flexibilizar e acelerar a abertura da conta de capitais, revisar a regulamentação do mercado de câmbio e ampliar a participação de investidores individuais no mercado financeiro doméstico. Para os autores, o sistema financeiro ainda carece de regulações para melhorar a distribuição dos recursos e aumentar a transparência.

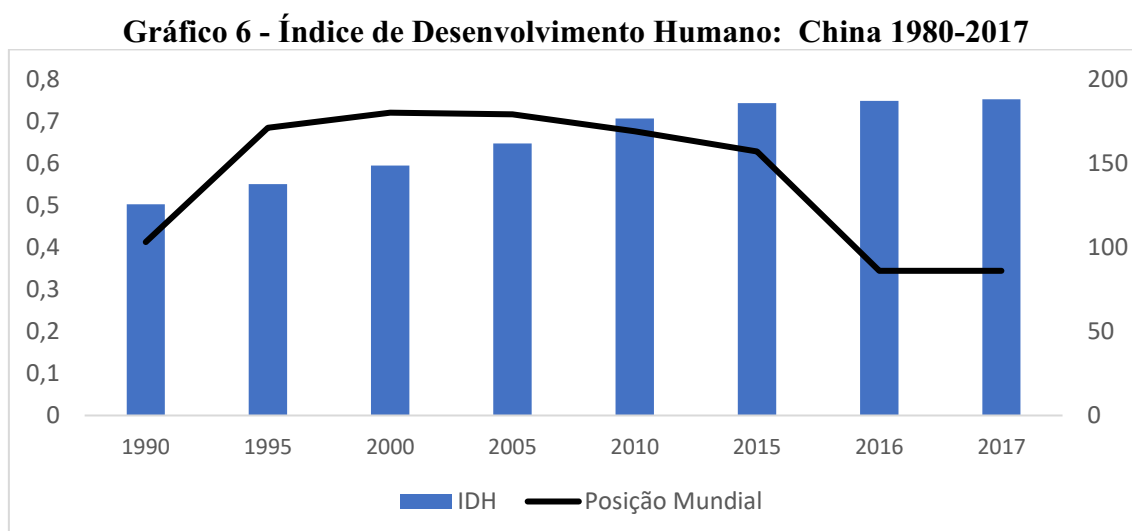
Entretanto, apesar do Estado Chinês ser eficiente em propor soluções, a desigualdade regional é um problema latente. Assim como nos países latino-americanos, a China apresentou desequilíbrios espaciais no processo de desenvolvimento, causados pela heterogeneidade estrutural dos fatores de produção (MÁTTAR & PÉREZ, 2015).

Em termos de renda *per capita*, as áreas mais afastadas das zonas costeiras obtiveram menores valores, quando considerados os valores das zonas econômicas especiais. Em conjunto, grande parte dos recursos em infraestrutura e crédito de regiões mais pobres são adquiridos com maior dificuldade, ao contrário do que se vê no aprimoramento do crédito e infraestrutura das regiões costeiras (GUIMARÃES, 2012).

As desigualdades regionais, conforme apontam Máttar&Pérez (2015); Nasser (2000) e Infante et al. (2015), ampliam as assimetrias tecnológicas entre as regiões e os diferenciais de produtividade. Tais indicadores possuem ligação com o grau de

desenvolvimento e renda de cada região, além disso, como apontado no capítulo 1, os países centrais tendem a apresentar regiões e segmentos homogêneos.

Nessa via, o Estado Chinês observando esse obstáculo, propõe meios para diminuir tais desigualdades. Os projetos consistem em maior transferência de investimentos para regiões com menos capacidade de crescimento, além de estimular empresas estatais a se instalarem em determinadas regiões para o aumento do emprego e renda. Além disso, são direcionadas políticas públicas para o acesso a infraestrutura, saúde, educação e renda. Cabe salientar, que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (Gráfico 6) mostrou avanços significativos, porém, a China ainda ocupa uma posição mundial distante dos países centrais, evidenciando o subdesenvolvimento (BARBIERI & ZAGO, 2020).



Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria

Outro ponto citado na literatura é o regime político adotado pela China. Como apresentado anteriormente no capítulo dois, desde a fundação da República Popular em 1949, o governo, apesar das reformas, se manteve distante do modelo democrático ocidental. O Partido Comunista Chinês, atualmente, possui mais de oitenta e sete milhões de membros, que controlam todos os órgãos públicos. Contudo, é necessário observar que por meio da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês são feitas consultas públicas sobre as principais políticas e questões (BELLUCCI, 2004).

De acordo com Furtado (1961), o processo de organização política voltado ao desenvolvimento é imprescindível ao sucesso do processo. Nesse caso, apesar de a China possuir estrutura política divergente da democracia clássica, têm-se que o aparato estatal

é centrado no processo de desenvolvimento socioeconômico, porém, a falta de transparência do governo aumenta a desconfiança em relação às medidas adotadas, dificultando o processo de desenvolvimento.

Com relação às perspectivas para o desenvolvimento, após o pico de crescimento, a China passou a enfrentar consequências de uma desaceleração econômica. Ainda hoje, as taxas de crescimento estão em um patamar superior à média mundial, contudo, o modelo de crescimento apoiado na atividade estatal tem demonstrado não ser suficiente para manter a dinâmica. Sendo assim, discute-se no Partido Comunista Chinês, se o modelo ideal seria o de altos investimentos financiados via Estado, ou se é momento de tentar diminuir a concentração de renda e desigualdade regionais (MEDEIROS, 2010).

Com relação a taxa de câmbio, observa-se uma valorização nominal, causada em parte pela guerra comercial com os Estados Unidos, que além de criar um movimento de elevação nos salários e custos de produção, reduzem a competitividade dos produtos chineses. De tal modo, espera-se que as exportações não sejam capazes de garantir as mesmas taxas de crescimento econômico dos anos 2000. Porém, o mercado interno é sempre uma alternativa viável, com uma população de mais de 1,3 bilhão de habitantes, a dinâmica do mercado interno é capaz de manter a demanda chinesa aquecida, dessa forma, o Estado ficaria com atuação mais restrita no processo de desenvolvimento (PROOTI, 2015).

Além disso, a guerra comercial com os Estados Unidos aumenta a instabilidade do sistema, sendo necessário rever constantemente as medidas econômicas, espera-se que nos próximos anos a China diminua a dependência em relação ao dólar e aos Estados Unidos. O Banco Central da China elencou uma série de medidas para aumentar a internacionalização da moeda chinesa, acelerando o processo de substituição do dólar como moeda internacional, esta medida seria capaz de aumentar a capacidade de financiamento da dívida pública e ficar menos vulnerável às crises internacionais (CINTRA & PINTO, 2017).

Para além das questões econômicas, as perspectivas apontam para o desenvolvimento de políticas ambientais. A pressão por regulamentação ambiental é cada vez mais presente em todo o mundo, diversos fundos de investimentos e empresas passaram a excluir parceiros comerciais que não possuem selos de sustentabilidade, além disso, a poluição na China, reflexo do acelerado processo de crescimento, aumentou a incidência de problemas sanitários e escassez de recursos ambientais (MITTER, 2011).

Segundo Guimarães (2012), grande parte desses problemas são relacionados a utilização de energias não renováveis (carvão e petróleo) por empresas tecnológicas que demandam grande quantidade de energia. Porém, cabe salientar que o governo vem instalando diversos modelos para que as empresas se adequem às fontes renováveis ou limpas de energia. Nesse sentido, espera-se que nos próximos anos a China se adeque às boas práticas de sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo avaliou o processo de desenvolvimento chinês a partir da perspectiva dos autores cepalinos. O primeiro passo foi analisar o processo de desenvolvimento dos países centrais e países periféricos. Foi observado que o processo de acumulação de capitais ocorreu em momentos distintos e de forma heterogênea entre os países, por isso, alguns países não conseguiram obter crescimento sustentável e capaz de difundir o excedente entre os setores produtivos. Como apresentado, o subdesenvolvimento se traduz na dificuldade em transformar o crescimento econômico em mudanças qualitativas das estruturas políticas, econômicas e sociais.

Além disso, a teoria cepalina não trabalha com a perspectiva de que o subdesenvolvimento seja um estágio histórico ou uma etapa para alcançar o desenvolvimento, ou seja, não existem garantias de que os países periféricos consigam superar as deformidades do processo de acumulação. Entretanto, conforme apresentado no segundo capítulo, a China, após 1949, colocou em prática uma agenda de reformas robustas com objetivo de modificar as estruturas econômicas e sociais do país. O período inicial de análise compreendeu os anos entre 1949 e 1978, apresentando as primeiras reformas impostas pelo governo Mão Tse-Tung. Nesse primeiro momento, foi dado ênfase às reformas de natureza política e, quanto às reformas econômicas, os resultados foram pouco exitosos.

No período após 1978, o governo de Deng Xiaoping deu continuidade à agenda de modificações das estruturas, no entanto, diferente do período anterior, as reformas foram melhores articuladas com os objetivos, a criação das Zonas Econômicas Especiais e a utilização intensiva do aparato estatal foram responsáveis por uma aceleração no crescimento econômico, a partir da década de 1980. Além disso, a China foi exitosa em incorporar processos tecnológicos mais eficientes na acumulação de capital, aumentando a produtividade e renda dos setores. As exportações e entrada de capitais tiveram papéis relevantes no período, o processo de abertura da economia foi gradativo e capaz de melhorar as relações da China com o restante do mundo.

No terceiro capítulo foram apresentados os desenvolvimentos recentes dos indicadores chineses. O desenvolvimento estrangeiro direto foi responsável por aumentar a taxa de investimento em relação ao PIB, diminuindo o peso relativo do Estado na economia. A política de incentivo das exportações aumentou a participação relativa da

China no comércio mundial, e o País tornou-se um dos principais exportadores mundiais. A mudança não ocorreu apenas no aspecto quantitativo, os produtos chineses foram exitosos em incorporar tecnologias, sendo exportados para países centrais. O aumento do comércio de produtos industrializados com maior valor agregado com os países centrais possibilitou redução da relação de dependência centro-periferia, pois os saldos comerciais tornaram-se favoráveis, havendo menor necessidade de geração de divisas para importação de bens de alto valor agregado.

Após a exposição dos fatos, é possível concluir que existe uma dualidade no processo de desenvolvimento chinês. Por um lado, as reformas empregadas foram bem sucedidas em modificar o processo de acumulação de capital. O papel do Estado na economia foi crucial para que os setores tivessem capacidade de incorporar técnicas mais produtivas e progresso técnico, o modelo de financiamento foi capaz de suprir as deficiências em infraestrutura que o país possuía até o período recente. E, por outro lado, os indicadores sociais, apesar de terem avançado, não conseguiram acompanhar o ritmo do desenvolvimento industrial, da mesma forma, as desigualdades regionais foram acentuadas, as regiões mais próximas das ZEES foram beneficiadas em relação as zonas agrícolas.

O produto *per capita* chinês teve uma trajetória de alta constante após a década de 1980, mesmo com uma população acima de 1,3 bilhão de habitantes e com taxas de crescimento positivas. O processo de desenvolvimento da China, ao contrário do observado nos Países Latinos, foi eficiente em diminuir a dependência em relação aos países centrais. Tal fato ocorreu devido à política de incorporação de progresso técnico, em um primeiro momento, a partir de técnicas de imitação de produtos, porém, atualmente a China possui conhecimento produtivo suficiente para inovação produtiva. O resultado é visível quando se observa o fluxo de comércio entre a China e os países centrais.

Entretanto, existem outros aspectos a serem considerados no processo de desenvolvimento chinês. No primeiro capítulo, quando apresentado o conceito de subdesenvolvimento, foi apresentado que o crescimento econômico e o processo de acumulação de capital, em alguns casos, não é capaz de se transformar em desenvolvimento. Apesar dos indicadores econômicos positivos apresentados, a China possui desafios estruturais. Com base no indicador do Índice de Gini foi possível concluir que desde o início da série histórica (1990), a China, apesar de oscilar, apresentou

pequena modificação no grau de desigualdade, ou seja, o crescimento econômico das últimas décadas não garantiu a distribuição eficiente da renda.

Autores, como Jabbour, 2008; Barbieri & Zago, 2020; Mátar & Pérez, 2015, chamam a atenção também para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo atualmente o principal indicador para mensurar o grau de desenvolvimento. Com base nos resultados, é possível observar que houve uma melhora significativa no IDH após a década de 1990 (início da série histórica), contudo, a China ainda possui valor semelhante a países subdesenvolvidos, ocupando posições anteriores a países como o Brasil, Peru e Equador.

Outra externalidade negativa causada pelo processo de desenvolvimento foi a exaustão de recursos naturais. A China enfrenta problemas relacionados à poluição, escassez de recursos naturais e modelo de produção pouco sustentável. Tais problemas são um forte obstáculo para a continuação do processo de desenvolvimento. O governo resiste em participar dos acordos ambientais internacionais, no entanto, existe uma pressão crescente para melhorar as regulamentações ambientais no País.

Portanto, pode-se concluir que o processo de desenvolvimento chinês obteve resultados positivos e negativos, foi possível avançar em diversos aspectos, com ênfase na questão econômica. Atualmente, a China possui o segundo maior PIB do planeta, sua economia é diversificada e dinâmica, contudo, existem grandes desafios para a manutenção do processo de desenvolvimento. Espera-se que o presente estudo contribua para o debate e incentive novos trabalhos, pois o processo de desenvolvimento chinês ainda não foi consolidado, e por isso, existe a necessidade de atualização dos fatos e investigar quais os dados são capazes de explicitar melhor o processo de desenvolvimento chinês.

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Luciana. China: uma inserção externa diferenciada. *Economia Política*, 2005.
- AGLIETA, Michel. O que escondem os sobressaltos financeiros na China. *Le Monde*, 2015.
- AGLIETTA, Michel; BERREBI, Laurent. Désordres dans le capitalisme mondial. Odile Jacob, 2007.
- ANDRADE, Luíza Cardoso; CUNHA, André Moreira. A diplomacia do iuane: breves comentários sobre a internacionalização financeira da China (parte I–aspectos teóricos). *Revista Economia & Tecnologia*, v. 6, n. 4, 2010.
- BARBIERI, Mariana Delgado; ZAGO, Lisandra. Modernização, incorporação e sobrevivência da população rural – o caso chinês pós 1978. *Revista Cadernos de Ciências Sociais* da UFPRE, v. 1, n. 16, p.41-60, 2020.
- BELLUCCI, Beluce. Abrindo os olhos para a China. *EDUCAM*, 2004.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. En: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL-Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000-v. 1, p. 13-68, 2000.
- CINTRA, Marcos Antônio; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 37, n. 2, p. 381-400, 2017.
- CORAZZA, Gentil. O " regionalismo aberto" da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. *Ensaio FEE*, v. 27, n. 1, 2006.
- DE SANTANA, Cristiane Soares. Notas sobre a História da Revolução Cultural Chinesa (1966-1976). *História Social*, n. 17, p. 115-131, 2009.
- FERRAZ, Giselle Caroline Marques; DIEGUES, Antônio Carlos; "Planejamento Econômico E Política Industrial Na China: Dos Planos Quinquenais Ao Made In China 2025", p. 1102-1120 . In: *Anais do IV Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação*. São Paulo: Blucher, 2019.
- FURTADO, Celso. A superação do subdesenvolvimento. *Economia e sociedade*, v. 3, n. 1, p. 37-42, 1994.
- FURTADO, Celso. Formação econômica brasileira. São Paulo: Nacional, 1974.
- FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. *Editora Fundo de Cultura*, 1961.
- GONÇALVES, Reinaldo; BARROS, Amir Coelho. Tendências dos termos de troca: a tese de Prebisch e a economia brasileira–1850/1979. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 12, n. 1, p. 109-132, 1982.

GRAMKOW, Camila; GORDON, José Luis. Aspectos estruturais da economia brasileira: heterogeneidade estrutural e inserção externa de 1996 a 2009. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 9, n. 15, p. 35-61, 2018.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. A economia política do modelo econômico chinês: o estado, o mercado e os principais desafios. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 44, p. 103-120, 2012.

HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. Dependência e subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado. 2009.

HOBBSBAWM, Eric. Da revolução inglesa ao imperialismo. *Forense Universitária*, Rio de Janeiro, 1969.

INFANTE, B., Mussi, C., ODDO, M., & CEPAL, N. Por um desenvolvimento inclusivo: o caso do Brasil, 2015.

JABBOUR, Elias. Conceito Científico” e os Desafios do Desenvolvimento na China de Hoje. In: Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. O Brasil no Mundo que Vem Aí. 2008. p. 161-184.

LEITE, Alexandre César Cunha. "O projeto de desenvolvimento econômico chinês-1978-2008: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos." 2011.

LEWIS, W. Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: *Forense*, p. 406-456, 1969.

MASIERO, Gilmar; COELHO, Diego Bonaldo. A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia going global. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 34, n. 1, p. 139-157, 2014.

MÁTTAR, Jorge; PÉREZ, Luis Riffo. Notas sobre o desenvolvimento regional na América Latina e no Caribe e os desafios para a mudança estrutural com igualdade. 2015.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China. 1998.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. O Ciclo Recente De Crescimento Chinês e Seus Desafios. 2010.

MITTER, Rina. China moderna. Porto Alegre: *L&PM*, 2011.

NASSER, Bianca. Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento. 2000.

NAUGHTON, Barry. Deng Xiaoping: the economist. *China Quarterly*, p. 491-514, 1993.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: estabilidade e crescimento econômico. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 30, n. 2, p. 201-218, 2010.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado. Campinas: Unicamp. *Instituto de Economia*, 1985. cap. 1. Tese de Doutorado. Tese, Doutorado.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*, v. 5, n. 2, 2002.

PERKINS, Dwight H. Rapid growth and changing economic structure: The expenditure side story and its implications for China. *China Economic Review*, v. 23, n. 3, p. 501-511, 2012.

PIRES, Eginardo. Deterioração dos termos de troca e intercâmbio desigual. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 1, n. 2, 1981.

POMAR, Wladimir. A revolução chinesa. *Unesp*, 2003.

Protti, A. T. China: uma análise do papel das exportações e do investimento doméstico para o modelo de desenvolvimento econômico no período recente, 2015.

RODRÍGUEZ, Octavio. Estruturalismo Latino-Americano, CEPAL. *Civilização Brasileira*, 2009.

RUIZ, Ricardo Machado. Polarizações e desigualdades: desenvolvimento regional na China. *Texto para Discussão*, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, n. 299, 2006.

SAWAYA, Rubens R. China: uma estratégia de inserção no capitalismo mundial. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº28, p. 5-35, 2011.

SAWAYA, Rubens R. Crise: um problema conjuntural ou da lógica da acumulação mundial? *Estudos Avançados*, v. 23, n. 66, p. 53-70, 2009.

TAVARES, Maria da Conceição. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. *Celso Furtado e o Brasil*, p. 129, 2000.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. *Fundamentos de economia*. São Paulo: Saraiva, v. 2, 1998.

WASQUES, Renato Nataniel et al. Estado e planejamento na obra de Celso Furtado. 2018.

ZHENG, Lu. O caminho do desenvolvimento econômico chinês. BELLUCCI, B.(Comp.). Abrindo os olhos para a China. Rio de Janeiro: *Educam*, p. 75-99, 2004.

APÊNDICE

Quadro 1A- Características específicas entre Centro e Periferia

CARACTERÍSTICAS	CENTRO	PERIFERIA
Estrutura produtiva	Mais diversificada. Divisão do trabalho com mais setores, setores com produtividade mais homogêneas.	Menos diversificadas, com setores abarcando produtividades mais heterogêneas.
Nível de renda e desigualdade	Maior nível de renda per capita e maior distribuição de renda.	Menor nível de renda per capita, alta desigualdade de renda.
Mão de obra	Oferta limitada e maior valor por capital trabalho.	Oferta ilimitada e menor valor por capital trabalho.
Produtividade média	Alta.	Baixa.
Consumo/ Demanda	Diversificado e dinâmico. Elasticidade renda do consumo de produtos periféricos é <1.	Não diversificado/ grande parcela vivendo com consumo de subsistência Elasticidade renda da demanda da periferia de produtos do centro industrializados é >1.
Exportações	Manufaturas de alto conteúdo tecnológico. Bens primários e matérias primas em termos de cadeias globais de valor.	Bens primários e matérias primas e alguns tipos de manufaturas de alto conteúdo tecnológico.
Importações	Bens primários e matérias primas em termos de cadeias globais de valor.	Manufaturas de alto conteúdo tecnológico.
Fatores de produção	Alocação eficiente de capital e mão de obra. Abundância no fator capital.	Alocados ineficientes (mão de obra e capital). Insuficiência do fator produtivo capital.
Nível de excedente	Utilizado para criar novos investimentos em setores de inovações industriais. Está sempre se renovando.	Não é reinvestido. Atentar, se é utilizado para desenvolver ciência, ou apenas para copiar padrão de consumo de países do centro.

Quadro 1A- Características específicas Centro e Periferia (Continuação)

CARACTERÍSTICAS	CENTRO	PERIFERIA
Desemprego	Baixo nível de desemprego.	Subemprego, alto nível de desempregados, alta oferta de mão de obra.
Poupança	Alto nível.	Baixo nível (efeito demonstração), periferia quer copiar padrão de consumo.
Balço de pagamentos/ deterioração dos termos de troca	No longo prazo, é favorável ao centro.	No longo prazo, é desfavorável a periferia.
Inovações	Grandes investimentos para se manterem a frente da fronteira tecnológica, com foco nos bens de capital.	Insuficientes investimentos em estruturas de bens de capital e inovações.

Fonte: Elaboração Própria